FIOCRUZ

súmula 24

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ — Manguinhos **ANO VI • JULHO/AGOSTO • 1988**

SIM OU NÃO

PATENTES PARA MEDICAMENTOS

Brasil, Turquia e Indonésia são os três únicos países do mundo que não pagam patentes a laboratórios farmacêuticos estrangeiros. A política brasileira atual para o setor não prevê registro de patentes para processos e produtos farmacêuticos, baseada no Código Nacional de Propriedade Industrial (CNPI), regulamentado em 1971.

Os que defendem a mudança do Código, instaurando assim o patenteamento de fármacos, alegam que a falta do registro desestimula os laboratórios nacionais a investirem na pesquisa, sendo mais fácil "copiar" aquilo que se faz em outros países, lançando no mercado os chamados medicamentos "similares". Aqueles que defendem o não-registro, argumentam que o reconhecimento de patentes no setor irá sufocar a indústria nacional justamente pelo fato de ela produzir em sua maioria os "similares", ao mesmo tempo em que engrossará os lucros das multinacionais e reduzirá ainda mais o acesso da população ao medicamento.

• Richard Dobe, Presidente da Pfizer do Brasil, acredita que a patente fortalece a indústria porque incentiva a pesquisa e a ciência. "Apenas daí nasce o progresso no que diz respeito a terapias e formas de tratamento", assegura. Se o presidente da Pfizer acredita que o registro virá a fortalecer a indústria doméstica, Crodowaldo Pavan, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) diz que a regulamentação enfraquecerá a população brasileira. "O Terceiro Mundo já não tem dinheiro para comprar alimentos", constata, "quanto menos adquirir medicamentos patenteados". Para Pavan, que é contrário a patentes sobre alimentos, seres vivos e medicamentos, o registro deve existir no mundo desenvolvido, onde todos têm iguais acessos e recursos à pesquisa e à investigação científica.

• Roy Vagelos, Presidente da Merck, gigantesca indústria de medicamentos americana, afirmou recentemente que, caso ele não tivesse garántia de patentes nos Estados Unidos, jamais teria investido dez milhões de dólares na pesquisa da vacina contra a hepatite B, que ele desenvolveu através da engenharia genética. Essa afirmação, proferida em meio ao contencioso Brasil-Estados Unidos a respeito do registro de patentes, pode ter assustado alguns, levando-os a pensar que a falta da regulamentação é o que realmente atrasa o desenvolvimento da pesquisa farmacêutica. Pavan, no entanto, tinha a resposta na ponta da língua: — "O desenvolvimento da ciência em áreas de grande interesse social (como é o caso do setor farmacêutico) não pode depender somente da iniciativa privada! A solução é exigir que os **governos** gastem dinheiro nesse tipo de pesquisa."

• As câmaras de comércio norte-americanas vão tomar uma posição de defesa da propriedade intelectual. Segundo o presidente da Câmara no Rio de Janeiro, Gilberto Prado, os Estados Unidos se colocam como os principais interessados no reconhecimento de patentes de seus produtos em outros países, mas o próprio Brasil deverá também se posicionar como defensor dessa propriedade intelectual. Hoje a questão das patentes tornou-se a principal questão no confronto comercial entre Brasil e Estados Unidos, substituindo a informática. "Se muito brevemente não for registrado um avanço no reconhecimento dessas patentes no país, o governo norte-americano vai iniciar estudos para retaliar as exportações brasileiras", lembrou Gilberto Prado, "como foi solicitado pela **Pharmaceutical and Manufactures Association** (PMA), que reúne as indústrias farmacêuticas dos Estados Unidos."

ANDRÉ LUIZ GEMAL
Diretor de Far-Manguinhos

"Indiscutivelmente a manutenção da atual política de patentes para fármacos e medicamentos e para química fina como um todo é de fundamental importância para o desenvolvimento do setor. No entanto, isoladamente não trará os benefícios que se deseja. Para tal deverá estar acoplada a um projeto nacional de grande porte prevendo, por exemplo, a formação e absorção de recursos humanos especializados.

A criação de mecanismos que possibilitem e incentivem uma maior integração dos Institutos Tecnológicos de Pesquisas com as Indústrias de Capital Nacional deve ser encarada como um dos pontos prioritários para o sucesso desse projeto. Só poderemos efetivamente utilizar o não reconhecimento das patentes se dispusermos de pesquisadores capacitados — e em número suficiente — e de Institutos de Pesquisas também prestigiados e integrados a um Programa de Desenvolvimento Tecnológico sério e prioritário."

E AINDA NESTA EDIÇÃO:

2 Medicamentos
3 AZT e seu uso no Brasil
5 Transplante cardíaco
6 Crodowaldo Pavan
8 Agenda de eventos

PESQUISA

LEI E GOVERNO APÓIAM INVESTIMENTO

Como resultado de medidas previstas pela política industrial do Governo, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique Lima, está otimista em relação à possibilidade do Brasil chegar, dentro de dois ou três anos, a aplicar 2% do Produto Interno Bruto (PIB) — cerca de US$ 6,2 bilhões — ou Cz$ 1 trilhão — em pesquisas para o desenvolvimento científico e tecnológico. Atualmente é aplicado apenas cerca de 0,6 por cento no setor enquanto, segundo o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo Pavan, os países desenvolvidos aplicam no setor, de 4 a 5%.

Entre as principais medidas estão os benefícios fiscais para investimentos em ciência e tecnologia contidos nos Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI), que prevêem desde a dedução do Imposto de Renda até a redução de 90% do Imposto de Importação sobre máquinas, equipamentos e materiais destinados à utilização em atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico industrial, além do estímulo à aplicação em projetos de universidades e centros de pesquisa.

A Constituinte também aprovou, no capítulo da Ciência e Tecnologia, que a lei "apoiará as empresas que invistam em pesquisas, criação de tecnologia adequada ao país, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos".

DIREITO SANITÁRIO

"LEGISLAÇÃO EM SAÚDE É EXTENSA E CAÓTICA'

"A legislação brasileira sobre saúde pública é tão extensa quanto caótica", afirmou Suely Dallari, advogada e professora de Introdução ao Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) durante o I Seminário de Direito Sanitário, realizado naquela Universidade. Já o professor de filosofia e teoria geral do direito, Alaor Café Alves, disse que "na elaboração de suas constituições, faltará aos estados autonomia suficiente para legislar sobre questões relativas à saude pública".

Café Alves acrescentou que "formalmente" os estados têm competência para legislar sobre saúde, mas "no Brasil de hoje, o sistema federal praticamente acabou e, para haver um verdadeiro sistema federativo, pressupõe-se a existência de entidades políticas que tenham poder de regular sobre assuntos de seu interesse, o que não tem se verificado até aqui".

Frank Grad, professor de direito da Universidade de Colúmbia, de Nova Iorque (EUA), relatou que, nos últimos anos, em muito se ampliou a legislaçãosanitária americana, principalmente "com a emergência de problemas como a poluição e a radiação nuclear". Destacou ainda os serviços do Estado que ajudam a melhorar a qualidade de vida da população, como o *Food and Drug Administration*, responsável pela fiscalização e controle da comercialização e qualidade dos alimentos e medicamentos, além da *Environmental Protection Agency*, órgão que supervisiona a emissão de substâncias tóxicas e poluentes.

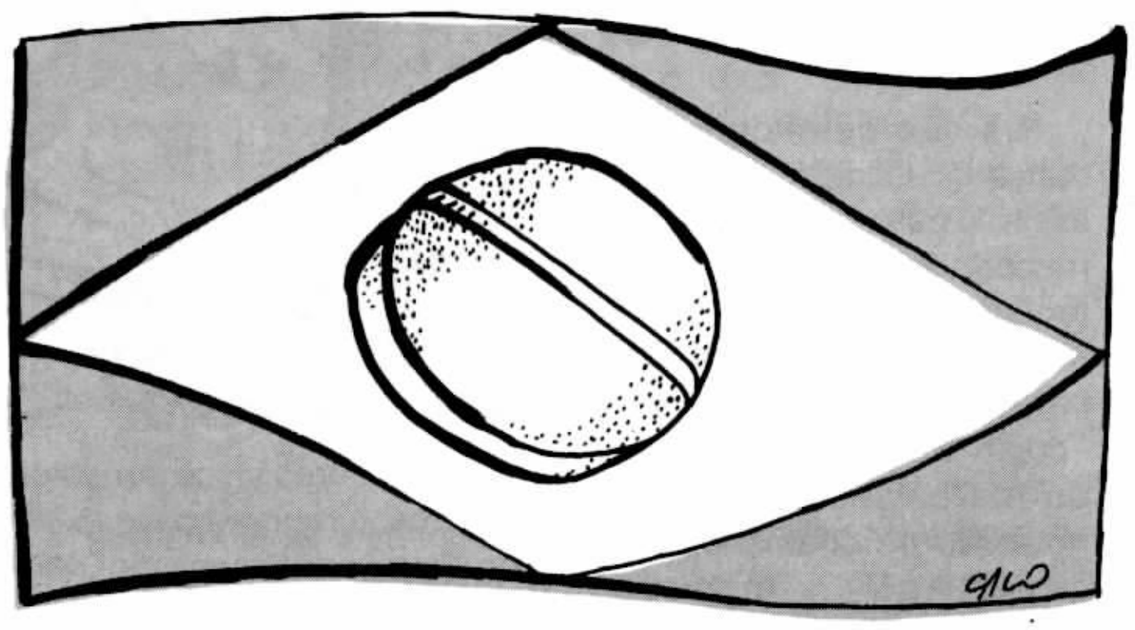
MEDICAMENTOS

VITAL BRASIL QUER POLÍTICA DE NACIONALIZAÇÃO

O país já tem condições de competir com as multinacionais da indústria farmacêutica. A afirmação é do presidente do Instituto Vital Brasil, Jorge Bermudez, para o qual isso é possível mediante algum investimento.

No ano passado, a arrecadação total com a venda de medicamentos no país chegou a US$ 2 bilhões, sendo que mais de 80% desse faturamento foi arrematado por menos de 100 empresas de origem estrangeira — principalmente suíças, alemãs e norte-americanas. Além disso, o segmento nacional, subdividido entre quase 400 empresas privadas, foi responsável por cerca de 14% da arrecadação global, cabendo aos 16 laboratórios de química fina uma fatia de apenas 3%.

Bermudez revela que, apesar de todo este volume de vendas, apenas 23% da população consome cerca de 60% do que é produzido, e quase a metade dos brasileiros não tem acesso a nenhum tipo de medicamento industrializado. A razão principal, para ele, é o elevado preço dos remédios e a especulação do comércio, que coloca nas prateleiras um produto com preços até 30% acima do lucro das empresas fabricantes.



— O problema é muito sério. Com o monopólio das multinacionais, os interesses evidentemente são totalmente voltados para fora do país, e o consumidor brasileiro fica sujeito a um medicamento que, se não estiver dando lucro à empresa, pode desaparecer do mercado de uma hora para outra — denunciou.

A solução, segundo o presidente do Instituto Vital Brazil, é a implementação de uma política de nacionalização por parte do Governo Federal, através de incentivos fiscais, e um auxílio mútuo entre as empresas públicas e privadas de capital nacional. Ele reafirma que já existe tecnologia suficiente para processamento dos medicamentos considerados essenciais.

"Os laboratórios da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio, a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, em Campinas, e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, na Bahia, já produzem 40% da matéria-prima para o Governo", finalizou.

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
súmula

SÚMULA é editada pelo RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, projeto desenvolvido pela **Escola Nacional de Saúde Pública** e pelo **Centro de Informações para a Saúde** da **Fundação Oswaldo Cruz**, com a colaboração do **INAMPS.** **Coordenador do Projeto RADIS** — Ary Carvalho de Miranda. **Editor Responsável** — Álvaro Nascimento. **Equipe do Projeto RADIS**: Carlos Xavier, Jandira Vilhena, Marco Antônio Aguiar, Marcus Barros Pinto, Marisa Aguiar, Rogério Lannes, Simone Oliveira, Sinval Brandão e Victor Ebraico. Participaram nesta publicação: **Texto** — Carlos Xavier (Caco), Rogério Lannes, Álvaro Nascimento e Marcus Barros Pinto. **Banco de Notícias** — Simone Oliveira e Sinval Brandão. **Ilustrações** — Caco. **Diagramação e Arte Final** — Victor Ebraico. **Tiragem** — 40 mil exemplares. **Distribuição** — Direta, via correio. **Assinatura** — Grátis, em conjunto com TEMA, DADOS e PROPOSTA. Projeto RADIS Av. Brasil, 4.036 - sala 515 - CEP 21040 - Manguinhos - RJ - Tel.: (021) 270-9122 R. 288-287.

SÚMULA é uma publicação destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias sobre saúde veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais **O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil, Diário de Pernambuco, O Liberal** e **Zero Hora**, e as revistas **Veja, Isto é, Afinal** e **Ciência Hoje**.

ÉTICA

CONSELHO PERMITE QUEBRA DE SIGILO

O médico que atender a um aidético está, agora, autorizado a romper o sigilo e informar ao parceiro do paciente sobre o seu estado de saúde, mesmo contra a vontade do paciente. A mesma circunstância vale para quem vai se casar. Além disso todos os médicos estão obrigados a notificar às autoridades sanitárias os casos de suspeita clínica ou diagnóstico confirmado de AIDS. Estas decisões sobre a conduta ética do médico foram aprovadas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Elas integram um parecer elaborado por Antônio Ozório Leme e Guido Carlos Levi, membros do Conselho Regional de Medicina de São Paulo.

Em outro parecer, os advogados Gérson Mendonça Neto e Cyro Kusano, da OAB-SP afirmam que as pessoas ou instituições públicas ou particulares responsáveis pela transmissão da AIDS, por vontade própria ou negligência, estão sujeitas aos artigos 130, 131 e 132 do Código Penal e ao artigo 159 do Código Civil, que tratam da periclitação da vida ou da saúde.

ESTATÍSTICAS

AUMENTAM CASOS POR TRANSMISSÃO SANGUÍNEA

Dos 3.378 casos de AIDS registrados até o mês de maio no Brasil, 274 pessoas contraíram a doença por meio de seringas ou agulhas contaminadas, revelando um aumento de casos entre usuários de drogas injetáveis, segundo anunciou Lair Guerra de Macedo, diretora da Divisão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

A incidência de AIDS em usuários de droga que, até abril, era de 3,5% pulou para 8,11% e a incidência acumulada de AIDS contraída por transmissão sanguínea, que até abril era de 12,43% passou para 18,18%. A incidência de casos em homossexuais caiu de 51,4% para 45,86%, bem como no caso de hemofílicos, onde houve uma redução de 5,9% para 3,85% de total de casos registrados.

O mês de maio registrou o maior número de casos notificados de AIDS em um mês (278 casos) e São Paulo continua sendo o Estado onde há maior número de aidéticos. A cidade de Santos, no litoral paulista, apresenta a maior incidência da doença, com 244 casos em cada milhão de habitantes.

A relação sexual, no entanto, continua sendo o principal meio de contaminação, com um total de 73,95% dos casos, sendo que dos 2.498 contaminados por este meio, 1.549 são homossexuais, 750 são bissexuais e 179 heterossexuais.

PROFISSÃO

MINISTÉRIO ESTUDA REGULAMENTAÇÃO

A Comissão Nacional de AIDS decidiu criar dois grupos de trabalho para estudar a regulamentação da profissão de prostituta e definir um controle de qualidade e redução dos preços dos preservativos. Como forma de baixar os preços dos preservativos, o grupo estudará a possibilidade de o produto ficar isento de ICM.

Após ouvir denúncias de Eunice Coelho, Presidente da Associação de Prostitutas do Rio de Janeiro, a Comissão Nacional informou que tentará encontrar uma fórmula de garantir assistência médica na rede pública de saúde para as pessoas que se prostituem. Além disso, o Ministério da Saúde pretende desenvolver um trabalho de estímulo ao abandono da prostituição pelos aidéticos, que passariam a receber apoio social e econômico dos órgãos públicos.

ENTREVISTA

Antônio Paulo de Menezes Filho

O AZT E SEU USO NO BRASIL

Radis — Qual a importância do AZT?

A.P. — O AZT é a única droga atualmente com algum valor clínico já demonstrado no combate à AIDS e deve ser oferecida aos pacientes para os quais haja indicação terapêutica, independente da sua condição econômica.

RADIS — Existe alguma estimativa da necessidade desta droga no Brasil hoje?

A.P. — Segundo as informações oficiais, até maio deste ano o Brasil tinha 3.378 casos notificados de AIDS. Destes, cerca de 50% já foram a óbito e do restante, aproximadamente 845 casos carecem atualmente de internação hospitalar. A grande maioria dos casos em tratamento hospitalar e parte dos que se encontram em regime ambulatorial têm condição clínica para uso do AZT. Assim, acreditamos que haja 900 pacientes no Brasil necessitando desse tratamento. O preço atual de um comprimido de AZT é US$ 1,5 e, tendo-se em conta que um paciente usa 12 comprimidos por dia, chegamos à necessidade anual de US$ 5,913 (cinco milhões novecentos e treze mil dólares) para tratá-los.

RADIS — E como controlar o uso da droga?

A.P. — Indispensável é destacar que o Governo, a nível federal, deve normatizar o uso do AZT. Ela deve ser administrada segundo rígidos critérios.

Vice-Diretor de Pesquisa e Ensino do Hospital Evandro Chagas e assessor da presidência do Inamps

CAMPANHA

SECRETARIA INFORMA COMO DOAR SANGUE

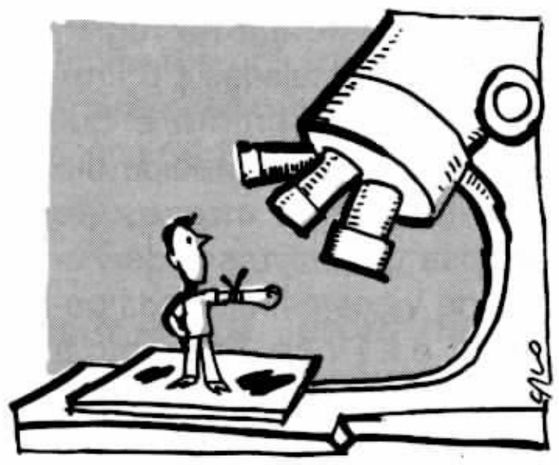
Perguntas como "pode-se contrair AIDS durante uma transfusão sanguínea?, "Faz mal à saúde doar sangue?" ou "Quais são os locais para coleta de sangue?" serão respondidas à população do Estado do Rio de Janeiro dentro de 30 dias, através de uma campanha de esclarecimento a ser divulgada pela Secretaria de Saúde. A idéia da campanha surgiu depois dos resultados de uma pesquisa encomendada pela Secretaria ao Ibope, que mostra o grau de desinformação das pessoas em relação à doação. As resposta variaram da não doação "porque nunca foi necessário" ou porque "nunca houve solicitação", à confissão de mitos tais como "doar sangue engorda", "doar sangue acalma" ou "o sangue do homem é mais forte que o da mulher".

CONTROLE

SANGUE AGORA É COM O PLANASHE

"A solução para que o controle da qualidade do sangue no Brasil seja efetivo será a implementação do Plano Nacional de Sangue e Hemoderivados (Planashe)". A afirmação é do Ministro da Saúde, Borges da Silveira, ao abrir reunião com os órgãos financiadores deste projeto (BNDES, OMS, Fundação Banco do Brasil, CNPq e Inamps).

O Planashe terá a duração de quatro anos e prevê a criação de novos hemocentros no País, bem como fiscalizar e controlar a qualidade de serviços e produtos hemoterápicos. O BNDES já repassou recursos da ordem de Cz$ 3,5 bilhões e com eles o Ministério da Saúde está expandindo a rede de hemocentros no País.



• MATA ATLÂNTICA

Criada há pouco mais de um ano, a Fundação SOS Mata Atlântica que vem captando recursos da inciativa privada através da Lei Sarney, começou a organizar um centro de pesquisas e conseguiu, com verba do governo canadense, obter o único barco-patrulha que navega em águas do litoral sul paulista para flagrar quem pratica pesca predatória. Segundo o biólogo João Paulo Capobianco, superintendente-geral da fundação, o objetivo da entidade "é mais criar alternativas para tentar solucionar problemas de de-

gradação do meio ambiente do que simplesmente denunciá-los". Seu objetivo imediato é a implantação de uma base avançada para pesquisa na região ainda preservada da Serra do Mar entre as cidades de Iguape (SP) e Paranaguá (PR).

• FAVELAS URBANIZADAS

A urbanização de todas as 480 favelas do Rio, em cinco anos — equipando-as de escolas, creches, hospitais, ruas pavimentadas, casas de alvenaria, luz, água e esgoto —, custaria cerca de US$ 960 milhões (ou Cz$ 174.576 bilhões). Esta é a conclusão de um minucioso estudo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, realizado entre setembro de 87 e junho de 88, que recebeu o nome de Programa Plurianual de Urbanização das Favelas e de Reassentamento das Famílias que Vivem em Áreas de Risco no Rio de Janeiro. O custo do programa equivaleria ao preço das obras de extensão do Metrô até Ipanema, metade do que custará ao Tesouro Nacional a instalação do Pólo Petroquímico do Estado do Rio, ou ainda, um terço do valor estimado para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

• ENXOFRE NO AR

A quantidade de enxofre aspirado anualmente por cada um dos 338,9 mil habitantes da região do Vale do Aço, próximo à cidade de Governador Valadares (MG), chega a alarmantes 33,7 quilos. A poluição atmosférica na região onde estão instaladas a Usiminas, Acesita, Cenibra e outras indústrias, foi medida durante três anos através de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa, financiada pelo IBDF e a Finep. Enquanto a taxa máxima de enxofre permissível na atmosfera para não afetar o ecossistema foi estabelecida entre 0,5 e 1,5 g/m² / ano, pela Conferência de Estocolmo, realizada em 1982 na Suécia, os pesquisadores brasileiros registraram 4,1 g/m² / ano na região do Vale, o que equivale a 11,4 mil toneladas/ano do poluente.

• LIXO PERIGOSO

Embora condenada por resolução do Parlamento Europeu, é cada vez maior o número de denúncias de acordos entre empresas dos países altamente industrializados e governos de países do terceiro mundo para a aceitação por estes de seus "dejetos perigosos" (que chegam a 400 milhões de toneladas anuais), para depósito em seus territórios mediante pagamento. A prática se tornou conhecida este ano quando o navio "Zanoobia", de bandeira síria, chegou ao porto de Carrara, na região toscana, carregado com cerca de 20 mil tonéis de lixo tóxico que deveriam estar enterrados e esquecidos há mais de um ano. Novos acordos vêm sendo denunciados pela Agência Européia do Meio Ambiente e envolvem a Guiné-Bissau, a república de Benie e o Congo.

BAÍA DESPOLUÍDA

O Secretário do Meio-Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Abreu Mendes, estima que a despoluição completa da Baía de Guanabara representaria um investimento de cerca de um bilhão de dólares e que, até o final do atual governo, será possível acabar com 30% das causas de poluição. Para aliviar 10% da carga tóxica que despeja todos os dias na Baía, a Refinaria Duque de Caxias (Reduc) já acionou a primeira etapa de novos equipamentos antipoluição. Além da Reduc, outros projetos estão previstos para acabar com os despejos sanitários do rio Sarapuí (8% da poluição da Baía), despejo de 90% de todo o lixo recolhido pela Comlurb no aterro de Gramacho (5% da poluição), esgotamento sanitário da bacia de Niterói (5%) e despejos das fábricas de sardinha em lata de Niterói (2%).

• LEUCOPENIA

A contaminação por gás benzeno na coqueria da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) já afastou do trabalho mais de dois mil trabalhadores segundo denúncia do Programa de Saúde do Trabalhador de São Paulo. A coordenadora regional do Programa, Lia Giraldo da Silva Augusto, afirma que, além dos casos de leucopenia, há ainda dois casos de câncer no pulmão, dois de anemia plástica (doença que destrói as células de glóbulos na medula óssea) e ainda dois casos de linfoma, leucemia e o saldo de duas mortes. A denúncia, porém, está sendo negada pelo Ministério da Indústria e Comércio. O Ministro José Hugo Castelo Branco diz que não acredita na contaminação, considera "muito estranho" o afastamento dos dois mil trabalhadores e pediu, há quatro meses, um laudo sobre o estado de saúde destes funcionários, ao hematologista Raul Chamone, do Hospital das Clínicas de São Paulo.

• SANEAMENTO BÁSICO

Para iniciar ou concluir obras de saneamento básico e moradia, governos de 18 estados esperam do Governo Federal a liberação de verbas no valor de 659,717 milhões de OTNs (cerca de Cz$ 882 bilhões, em junho), já aprovadas pela Caixa Econômica Federal, mas ainda não repassadas até o final de maio por conta da resolução 1.469 do Banco Central, que congelou as contas de Estados e municípios. São Paulo espera 56,5 milhões de OTNs; o Rio, 53,74 milhões; Alagoas 30 milhões e Bahia, 28,27 milhões. Após reunião com o Presidente Sarney, dia 16 de maio, os governadores passaram a acreditar no recebimento das verbas, pois o presidente lhes garantiu que vai manter as obras sociais.

MENINGITE

SURTO ASSUSTA SÃO PAULO

O Centro de Vigilância Epidemiológica do Suds- São Paulo vem acompanhando um surto de meningite meningocócica do tipo **B** na Região do ABCD paulista. Ainda não se caracteriza como epidemia, mas dos 21 casos registrados desde janeiro, 11 resultaram em morte, sendo a maioria crianças.

As meningites virais são muitas vezes benignas, apresentando sintomas leves, e as bacterianas não raro podem levar a epidemias e à morte. Os tipos mais comuns de meningites são causados por meningococos tipos **A**, **B** e **C**, embora a do tipo **B** não se transmita com a mesma intensidade que as outras.

Os sintomas da doença são febre, dor de cabeça, rigidez do pescoço, pequenas manchas vermelhas circulares que se espalham crescentemente pelo corpo e vômitos. A procura do médico, no caso de aparecimento dos sintomas, deve ser imediata. O médico tem o dever de notificar o caso ao Centro de Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Suds.

HANSENÍASE

BRASIL OCUPA O QUARTO LUGAR

O Brasil tem hoje cerca de 340 mil hansenianos e já ocupa o quarto lugar do mundo em número de casos dessa doença. Só no ano de 1987, o Brasil contou com 19 mil e 547 novas vítimas da hanseníase. Em números absolutos, os estados de São Paulo, com 2.706 casos e o Rio de Janeiro, com 2.010 lideraram os casos de hanseníase do país, no ano passado. Mas, segundo o Ministério da Saúde, são nos estados do Acre e Amazonas que a hanseníase tem a mais alta taxa de incidência, chegando a uma vítima da doença a cada cem habitantes.

Segundo o médico Jorge Pereira, técnico da Divisão Nacional de Dermatologia do Ministério da Saúde, a hanseníase ou lepra, como é mais conhecida, é transmissível, mas tem cura. A doença tem evolução crônica, causada por seu agente etiológico, o **mycobacterium leprae**, que ataca a pele e o sistema nervoso periférico do doente. A vítima acaba sofrendo deformidades físicas, o que contribui para a sua discriminação pela sociedade. Jorge Pereira lembra ainda que o tratamento para a cura da hanseníase dura de dois a cinco anos e que a doença tem uma longa fase de incubação.

— A primeira campanha de controle da hanseníase, feita pelo Ministério da Saúde, foi ao ar em janeiro deste ano. O Ministério também criou um Comitê Técnico Social que optou pela não internação dos hansenianos, já que com um tratamento de quinze dias eles não disseminam a doença, finalizou o médico.

HISTÓRIA

HÁ VINTE ANOS, O PRIMEIRO TRANSPLANTE CARDÍACO

No último dia 26 de maio se comemorou os 20 anos do primeiro transplante de coração realizado no Brasil. O médico pioneiro, Euryclides Zerbini, 76 anos, passou a data trabalhando na Beneficência Portuguesa. Há 20 anos ele era chefe da equipe do Hospital das Clínicas que operou o paciente João Ferreira da Cunha, portador de uma degeneração do tecido cardíaco. João "Boiadeiro", como era conhecido, morreu 28 dias após a operação, por um problema de rejeição ao órgão transplantado.

O transplante cardíaco tem um risco cirúrgico entre 7% e 10% e, ao final do primeiro ano após a

operação, cerca de 80% dos pacientes ainda estão vivos. A rejeição dos órgãos foi parcialmente solucionada com a droga ciclosporina, mas o grande problema ainda é a falta de doadores. A doença de Chagas, que atinge a cerca de sete milhões de brasileiros e provoca a cardiopatia em alguns pacientes é uma das grandes causadoras da necessidade de transplantes, mas a erradicação desta doença independe do desenvolvimento de novos métodos para a recuperação dos músculos cardíacos.

Recentemente, no Instituto do Coração, o doutor Adib Jatene realizou a primeira cardiomioplastia no Brasil. Esta nova técnica consiste no envolvimento do músculo cardíaco com o músculo grande dorsal esquerdo e este, estimulado por uma espécie de marcapasso, faz o trabalho de bombeamento do sangue, sem riscos de rejeição, já que se trata de tecido do próprio paciente.

DIETÉTICOS

MINISTÉRIO ACATA A LIBERAÇÃO

Está liberada, finalmente, a fabricação de refrigerantes dietéticos no Brasil. Após uma reunião de quatro horas do Conselho Nacional da Saúde, o ministro da Saúde, Borges da Silveira assinou, em fins de junho, portaria nesse sentido, acatando a decisão do Conselho. O Conselho, órgão consultor do Ministério, já havia decidido a favor da liberação dos refrigerantes dietéticos em fevereiro, mas o ministro — que tem a palavra final — preferiu pedir à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária um estudo mais apurado do assunto.

De acordo com o estudo feito e apresentado ao Conselho no mês de maio, as quantidades de edulcorantes artificiais e naturais que vão substituir o açúcar foram reguladas com uma margem de segurança de 93 vezes sobre o limite

máximo de Ingestão Diária Aceitável (IDA) estabelecido pelo Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a IDA, os valores máximos aceitáveis para a ingestão diária dos edulcorantes são: **aspartame** — 40 miligramas por quilo de peso corpóreo; **ciclamatos** — 11 mg por quilo; **sacarinas** — 2,5 mg por quilo; **steviosídeos** — 5,5 mg por quilo; e **sorbitol** — não especificado por não ser absorvido pelo corpo humano.

O decreto permite a utilização de qualquer dos cinco edulcorantes e fixa limites individuais máximos de cada composto. Em cada 100 mililitros (uma garrafa de refrigerante médio contém 300 mililitros), pode haver até 130 mg de ciclamatos, 75 mg de aspartame, 30 mg de sacarinas ou 60 mg de steviosídeos.

• A questão dos refrigerantes dietéticos envolve, além dos aspectos técnicos e médicos, significativos interesses econômicos: o mercado brasileiro tem cerca de 10 milhões de consumidores em potencial, que não podem ingerir açúcar por serem diabéticos ou obesos. Isso proporcionará uma produção anual de cerca de 125 milhões de litros de refrigerantes segundo estimativa da Associação das Indústrias de Bebidas e Refrigerantes.

ENTREVISTA

CRODOWALDO PAVAN

A revista VEJA de 1º de junho abriu sua famosas "páginas amarelas" para o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Crodowaldo Pavan. SÚMULA selecionou alguns bons momentos dessa entrevista.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

"Os grandes conhecimentos adquiridos há 25 anos nasciam de pesquisas de grandes empresas multinacionais. Hoje, as novidades estão surgindo em pequenas indústrias distribuídas pelo mundo, especialmente nas áreas de biotecnologia, química fina e informática. Tanto faz uma pequena empresa estar no Brasil ou nos Estados Unidos que o que vai determinar os resultados é a existência de cérebros."

PRIMEIRO E TERCEIRO MUNDO

"O fosso entre os dois mundos vai aumentar irremediavelmente. A minha esperança é que os desenvolvidos terão que diminuir essa diferença um dia — até para explorar melhor o Terceiro Mundo, que tende a se tornar um fardo pouco lucrativo. Por interesse próprio, não por humanitarismo, eles então nos ajudarão."

O BRASIL

"Se o Brasil está numa situação privilegiada no Terceiro Mundo, isso se deve aos 53 anos de universidade profissionalizada no país. O avanço mais importante talvez se tenha dado na agronomia tropical, uma área de pesquisa em que o Brasil é o país mais desenvolvido do mundo e poderia exportar sua tecnologia. Mas, por mais dinheiro que o Estado gaste com a universidade pública, ainda é um devedor da instituição universitária."

RESERVA DE MERCADO

"Este é o preço que a população terá de pagar se quiser que o Brasil se desenvolva no setor (informática). Enquanto o país depender de máquinas, conhecimentos e tecnologia de fora, estará sendo apenas bucha de canhão dos países do Primeiro Mundo. A informática se tornaria uma outra indústria automobilística, que não desenvolve automóveis, apenas os monta, caso a reserva não existisse. Além disso, pode ser perigoso deixar setores estratégicos, como a informática, nas mãos de empresas estrangeiras.

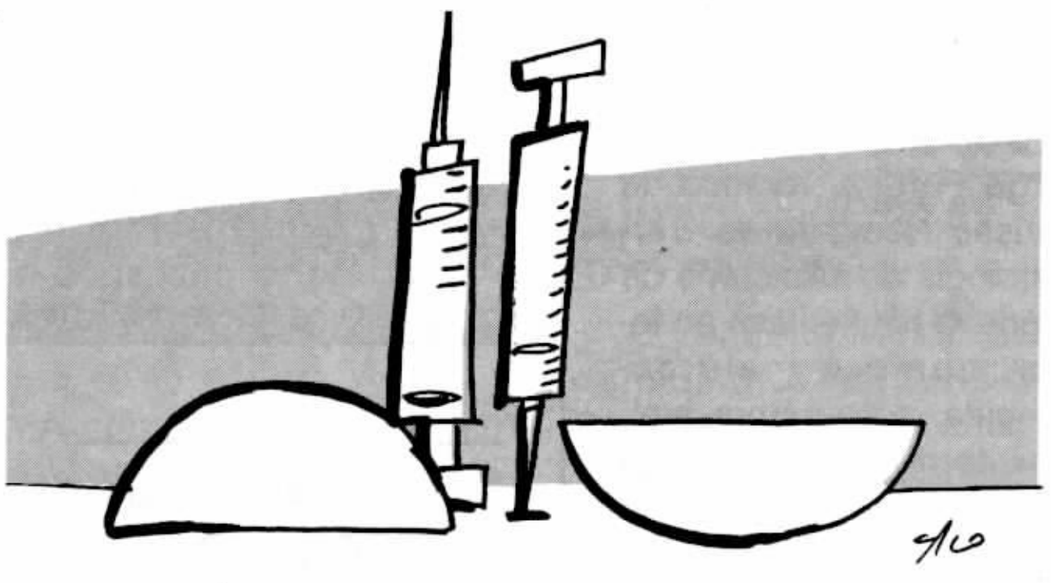
PROBLEMAS SOCIAIS

"Com a ciência e tecnologia existentes, o homem tem mecanismos para resolver todos os seus problemas básicos. Os problemas sociais, porém, são muito mais complicados que os tecnológicos. Eles não dependem da ciência e certamente não serão resolvidos por ela. Nós insistimos em desenvolver a ciência e tecnologia do país não com esse sentido — não temos essa ilusão. É que o conhecimento científico vai continuar crescendo, e nós precisamos acompanhá-lo."

INTERFERON

UFMG descobre novo tipo

O laboratório de vírus do Departamento de Microbiologia da Universidade Federal de Minas Gerais descobriu um novo tipo de interferon, a partir de seus estudos com o interferon de membrana amniótica (uma porção da placenta humana), já produzido em escala industrial pela UFMG. O interferon é uma proteína natural, produzida por células animais ou em cultura de tecido, eficaz no combate à infecção de alguns vírus e no tratamento de alguns tipos de câncer. Segundo o professor Romain Roland, chefe do laboratório de vírus, ainda não são conhecidas as potencialidades deste novo tipo. Apesar do laboratório já ter iniciado os estudos de engenharia genética para aumentar a produção deste interferon, eles poderão ser paralisados por falta de verbas.



DESCARTÁVEIS

FALTA SERINGA PARA O GOVERNO

A falta de seringas descartáveis no País levou o Ministro da Saúde a pedir, em caráter de emergência, que as indústrias do ramo vendam ao Governo 7,5 milhões de produtos para distribuição às secretarias estaduais de Saúde. O pedido, feito no início de junho não havia sido respondido até o dia 15, da mesma forma que pedido anterior, feito pelo ministro há um mês, solicitando o aval do Ministério da Fazenda para a importação de seringas. Em Brasília, o problema vem afetando as unidades de saúde, que aconselham a população a estocar o produto.

Na capital federal a crise é mais grave porque há uma guerra judicial travada entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e as fornecedoras do produto. A Fundação abriu licitação para a compra de seringas de diversos tipos em abril e, em maio, revogou a aquisição de seringas de 1, 3 e 5 ml e cancelou as licitações de seringas de 10 a 20 ml, porque as distribuidoras cobravam Cz$ 102,80 por unidade e a Fundação resolveu comprar, sem licitação, seringas argentinas e venezuelanas por Cz$ 77,00 a unidade. Economizou Cz$ 22,4 milhões, mas acabou enfrentando um mandado de segurança na Justiça, pedido pelos distribuidores no Brasil, que obtiveram liminar embargando a compra. Enquanto isso, cresce o número de casos de AIDS por via sanguínea (veja matéria página 3).

"ABRE ASPAS"

"Aqui não tem conversa, se não sair eu meto o **cacete**

• Eduardo Lois Blanco, Comandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado do Rio, durante manifestação dos professores públicos em frente ao Palácio Guanabara, de onde saíram 34 feridos pelas bombas de gás, de efeito moral e de fragmentação lançadas contra os grevistas.

"Minha filha, que coisa bárbara!"

• D. Ilda Pádua Cardoso, 68 anos, vizinha do Palácio Guanabara, que presenciou a cena de uma professora sendo agredida na cabeça por um policial.

"A democracia não é um sorvete que se conquista para ficar lambendo. Antes, ela é uma chave de fenda, um instrumento, para se partir para a solução dos problemas sociais existentes".

• Luiz Pinguelli Rosa, Diretor da Coppe-UFRJ, durante Conferência sobre "A politização da Universidade", proferida na 40ª Reunião Anual da SBPC em São Paulo.

"O governo não deve agir apavoradamente por causa de um acidente de percurso".

• Ministro Maílson da Nóbrega, da Fazenda, descartando a possibilidade de congelamento de preços devido à taxa de inflação acima de 23% em julho.

"S. Paulo parou. Parou para respirar."

• Jornalista Fernando Gabeira, no "Dia do Alerta", que simulou a proibição de tráfego de veículos particulares no centro da capital paulista. A população apoiou a iniciativa a os índices de poluição baixaram em 50%.

"O Brasil, com seus 140 milhões de habitantes, tem o substrato para se transforma na grande catástrofe mundia da AIDS".

• Eduardo Côrtes, pesquisador d UFRJ, alertando para o ritmo elevad da disseminação da doença no Brasil

"Se demorar muito, o povo brasileiro acabará por desembarcar do barco da esperança que atracará no porto da decepção".

• Bernardo Cabral, relator da Assembléia Nacional Constituinte, dias ant de se iniciar o 2º turno de votação e nova Carta.

SBPC faz reunião anual em clima frio

"A reunião da SBPC voltou ao seu leito natural que são as preocupações com a ciência e com os cientistas". A avaliação de José Goldemberg, reitor da Universidade de São Paulo (USP), que sediou a esperada 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), é otimista. Após uma semana de debates, mesas-redondas, simpósios, conferências, filmes, audio-visuais e inúmeras atividades paralelas, entre 10 e 16 de julho, Goldemberg viu um saldo positivo, constatando apenas que a Reunião perdeu seu caráter político dos últimos anos, em parte por causa da própria modificação da sociedade. "Agora a sociedade pode falar, tem outros canais para isso", revelou, acrescentando que durante muitos anos a Reunião da SBPC foi um dos poucos fóruns onde se discutia, transigia e denunciava a situação política do país.

Mas nem todos concordam. De uma maneira geral os participantes da Reunião reclamaram da falta de profundidade das informações apresentadas nos simpósios e mesas-redondas. Crodowaldo Pavan, ex-presidente da SBPC e atualmente na direção do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), reclamou da falta de público e do desinteresse pelos debates, mas justificou o fato afirmando que "a SBPC é parte da sociedade e a sociedade está muito complicada". Os reflexos disto, segundo ele, são sentidos diretamente na Reunião Anual.

RETOMANDO A UNIVERSIDADE

Os estudantes da USP levaram a sério o tema central da Reunião: Reabilitar, Reerguer, Reconstruir, Restaurar, Reconstituir, Renovar, Retomar a Universidade. Já na abertura da Reunião, no Teatro Sérgio Cardoso, com a presença da presidenta da SBPC, Carolina Bóri, e mais Crodowaldo Pavan, Paulo Sérgio Pinheiro e do Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi, um grupo de estudantes, aos gritos de "A USP quer falar", subiu ao palco e de lá, diante de perplexos cientistas e professores, leram o seu manifesto, por uma Universidade livre. Se, no entanto, na abertura da Reunião os estudantes se impuseram ao ponto de interromper discursos, essa não foi a tônica de sua atuação no restante dos eventos. Durante toda a semana o que se viu foi o desinteresse por debates que não esquentavam (em parte por causa da falta de muitos debatedores), mesas-redondas mal organizadas e, por isso mesmo, aproveitando insuficientemente seus participantes e mais da metade da assistência dos simpósios se retirando assim que encerrava-se a última exposição dos convidados, não aguardando a participação do plenário.

Os estudantes e pós-graduandos, maioria absoluta dos participantes da Reunião, se despediam na sexta-feira — um dia antes do encerramento — com sensação de "terem ouvido isso antes". Foram seis dias de cansaço, correria e frio, muito frio. Na hora da despedida, muitos concordavam entre si na avaliação de que "foi tudo muito superficial e repetitivo". Uma estudante do Rio Grande do Sul chegou a se levantar, durante uma mesa-redonda sobre Formação de Recursos Humanos na Àrea de Saúde Coletiva para reclamar: — Estamos aqui há três dias, nos reunindo sempre, sempre a mesma plenária, sempre a mesma mesa, e o que estamos fazendo com isso? Apenas nos repetindo! — A mesa, naturalmente, não soube o que dizer.

NOVOS RUMOS

A surpresa ficou por conta dos eventos que discutiram problemas como poluição e aspectos ambientais. Roque Monteleone, coordenador dessa área na SBPC, acha que as entidades ecológicas precisam aproximar-se da comunidade científica e da universidade, para que as discussões resultem em propostas concretas. Esse era o desejo — e a frustração — dos participantes de uma das mais concorridas atividades: as discussões sobre o caso de Goiânia e a avaliação da política nuclear brasileira. Embora o reitor Goldemberg tenha achado que "muitos fatos novos foram apresentados", os interessados sentiram a falta de representantes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o que poderia ter trazido mais dados ao debate.

Os cientistas, professores e pesquisadores presentes, convidados ou participantes, foram unânimes em afirmar que a Reunião Anual da SBPC precisa encontrar, a partir desse ano, o seu rumo. A "despolitização" não representa uma perda nem uma degradação, diz Goldemberg. Seus colegas concordam. Porém ressaltam que, se a SBPC passar a ser um fórum mais específico sobre Ciência e Tecnologia, discutindo multidisciplinarmente essas questões, deve procurar avaliar e reorganizar sua Reunião.

Carolina Bóri, presidenta da SBPC, pode ter dado uma pista para o encontro desses rumos, ao declarar que "numa sociedade democrática a população tem muito a dizer sobre as pesquisas que se fazem no país, mas para isso necessita ser constantemente informada sobre o andamento desses trabalhos." Ela acrescenta:

— Falta mostrar ao homem comum que a ciência tem a ver com o seu dia-a-dia. Temos que mostrar o conhecimento, e para que ele serve.

REGISTRO GERAL

AIDS

VACINA ANTI-HIV SÓ EM DEZ ANOS

A IV Conferência Internacional sobre AIDS, encerrada recentemente em Estocolmo (Suécia), embora tenha terminado sem grandes avanços, na avaliação de Lars Olof Kallings, presidente da Conferência, trouxe pelo menos uma previsão: somente daqui há dez anos uma vacina anti-HIV poderá ser realmente aplicada em seres humanos.

Diante disso, os oito mil cientistas presentes, representando 180 países, indicam como caminho imediato a descoberta de novos medicamentos que aumentem a sobrevida das pessoas contaminadas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a AIDS ameaça um segmento "vulnerável" de 700 milhões de pessoas em todo o mundo.

William Haseltine, da Harvard Medical School, de Boston (EUA)), descobridor do gene extra VPU (Viral protein U), defende um programa mundial de medicalização em massa para "neutralizar" os efeitos do HIV. Um dos medicamentos sugeridos por ele é a combinação do AZT com o alfa-interferon. Sua fórmula é semelhante a uma feita por cientistas dinamarqueses, que foi objeto de grande atenção na Conferência: pesquisadores de Copenhagen administraram o medicamento durante 20 semanas em 11 pacientes portadores do vírus e o resultado foi surpreendente. Todos eles, de HIV-positivos, se converteram em HIV-negativos. A dúvida destes cientistas é se o efeito desta medicação combinada será duradoura.

ENSINO SUPERIOR

FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS AMEAÇADAS

A ameaça de extinção das fundações universitárias pelo decreto nº 95.904 está levando as instituições de ensino superior a serem obrigadas não só a justificar as suas atividades de pesquisa, como a lutar pela própria sobrevivência, na atual fase de ajuste contábil do país. O CRUB (Conselho de Reitores das Universidades) se reuniu em Brasília para analisar as consequências imediatas do decreto e concluiu que 50 instituições de ensino superior mantêm cerca de 40 fundações de apoio e encaminhou ao governo um balanço dos prejuízos que o ensino, a pesquisa e a extensão sofrerão com o desaparecimento das fundações, que funcionam mais como instrumentos de captação de recursos extraordinários para as universidades do que como dispêndios.

Por força do mesmo decreto, a Fipec (Fundação Banco do Brasil de apoio à pesquisa) poderá suspender financiamentos a projetos tal como já ocorreu à Universidade Federal de Santa Catarina, que recebeu telex do Banco do Brasil comunicando a suspensão de financiamento a dois importantes projetos daquela universidade.

EVENTOS

- **I Seminário de Nutrição**
  29/08 — 31/08 — Rio de Janeiro - RJ
  Universidade Estadual do Rio de Janeiro - RJ
  Tel: 021 — 284-8322

- **II Congresso Internacional de Terapias Alternativas**
  01/09 — 04/09
  Associação Internacional de Terapias Alternativas
  Vertical — Eventos e Comunicações S/C Ltda
  Tel: 0192 — 52-9666

- **Seminário da Organização Panamericana de Saúde**
  04/09 — 09/09 — Rio de Janeiro - RJ
  Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) Tel: 021 — 220-3422

- **VIII Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira**
  08/09 — 10/09 — Rio de Janeiro - RJ
  Sociedade Brasileira de Oftamologia
  Rua São Salvador, 107 — Laranjeiras
  Te: 021 — 205-2298

- **Sociedade Brasileira de Cardiologia Departamento de Cardiologia da Associação Médica Brasileira**
  05 a 10/09 — Semana da Hipertensão Arterial em Juiz de Fora - MG
  19 a 24/09 — Semana da Hipertensão Arterial em Uberlândia - MG Tel: 021 — 284-1290

- **17th International Water Supplly Congress and Exhibition**
  11/09 — 16/09 — Rio de Janeiro - RJ
  Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) Tel: 021 — 220-3422

- **21º Congresso da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária**
  18/09 — 23/09 — Rio de Janeiro - RJ
  Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Tel: 021 — 220-3422

- **2º Simpósio Internacional sobre Nutrição**
  05/10 — 07/10 — Olinda - PE
  Prisma Congressos e Feiras
  Tel: 081 — 241-2211